



AMTEC

ASSOCIAÇÃO DE INVESTIDORES
NO MERCADO DE CAPITAIS

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2023



Associação dos Investidores no Mercado de Capitais - AMEC

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023

índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **03**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

Balanços patrimoniais **06**

Demonstrações do resultado **08**

Demonstrações do resultado abrangente **09**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **09**

Demonstrações dos fluxos de caixa **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **11**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da

Associação dos Investidores no Mercado de Capitais - AMEC

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação dos Investidores no Mercado de Capitais - AMEC (“Associação”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação dos Investidores no Mercado de Capitais - AMEC em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Associação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

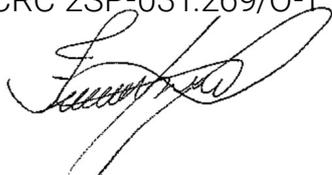
procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante os nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2024.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Marchesini

Contador CRC 1SP-244.093/O-1

Baker Tilly 4Partners atuando como Baker Tilly é membro da rede global da Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

ATIVO

	Notas	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	883.298	1.027.136
Contas a receber	-	-	-
Créditos diversos	-	4.814	9.478
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		888.112	1.036.614
NÃO CIRCULANTE			
Caução locatícia	6	56.429	52.232
Imobilizado	7	44.901	51.301
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		101.330	103.533
TOTAL DO ATIVO		989.442	1.140.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	5.874	14.950
Adiantamento de associados	9	214.876	229.685
Obrigações trabalhistas e tributárias	10	98.211	80.543
Aluguel a pagar	11	18.198	17.396
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		337.159	342.574
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	13	797.573	746.444
Superávit (déficit) do exercício	-	(145.290)	51.129
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		652.283	797.573
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		989.442	1.140.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

	Notas	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	14	3.514.375	3.503.074
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:			
Despesas com gratuidades, administrativas e comerciais	15	(3.752.623)	(3.560.903)
Despesas tributárias	-	(30.915)	(28.161)
Outras receitas/ (despesas) operacionais	-	-	-
		(3.783.538)	(3.589.064)
DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(269.163)	(85.990)
RESULTADO FINANCEIRO:			
Despesas financeiras	16	(3.823)	(4.715)
Receitas financeiras	16	127.696	141.834
		123.873	137.119
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		(145.290)	51.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

	2023	2022
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(145.290)	51.129
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(145.290)	51.129

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	766.060	(19.616)	746.444
Incorporação do déficit do exercício anterior	(19.616)	19.616	-
Superávit do exercício	-	51.129	51.129
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	746.444	51.129	797.573
Incorporação do superávit do exercício anterior	51.129	(51.129)	
Déficit do exercício	-	(145.290)	(145.290)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	797.573	(145.290)	652.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do exercício	(145.290)	51.129
AJUSTES DE ITENS SEM DESEMBOLSO DE CAIXA PARA CONCILIAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO COM O FLUXO DE CAIXA		
Depreciações	11.898	13.079
Atualização monetária não realizada (caução aluguel)	(4.197)	(3.824)
DECRÉSCIMO/(ACRÉSCIMO) EM ATIVOS		
Contas a receber	-	39.456
Créditos diversos	4.664	(3.304)
(DECRÉSCIMO)/ACRÉSCIMO EM PASSIVOS		
Fornecedores	(9.076)	(9.745)
Adiantamento de associados	(14.809)	(94.391)
Obrigações trabalhistas e tributárias	17.668	46.040
Outras obrigações	802	1.395
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(138.340)	39.835
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	(5.498)	(11.967)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.498)	(11.967)
AUMENTO LÍQUIDO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(143.838)	27.868
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	1.027.136	999.268
No final do exercício	883.298	1.027.136
AUMENTO LÍQUIDO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(143.838)	27.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação dos Investidores no Mercado de Capitais (“AMEC” ou “Associação”), é uma associação sem fins lucrativos, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 27 de junho de 2006, tendo suas atividades operacionais iniciadas no mesmo ano.

A AMEC atua com a finalidade de promover ações para o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil, o estímulo as boas práticas de governança corporativa, a defesa dos direitos e interesses de investidores no mercado brasileiro de capitais, em especial as sociedades administradoras e ou gestoras de recursos de terceiros independentes, clubes de investimentos, instituições financeiras ou gestores de recursos coligadas ou controladas por instituição financeira, nacionais ou estrangeiras, e as entidades de previdência privada.

Sua principal atividade operacional é a promoção de eventos, cursos e seminários, no âmbito de sua atuação para associados e não associados. A AMEC pode celebrar contratos, convênios, acordos, termos de parcerias e outros instrumentos com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

As principais fontes de recursos da AMEC são as contribuições dos associados, fixadas pelo Conselho Deliberativo, receitas provenientes da organização de eventos e prestação de serviços.

1.1. Identidade e propósito

Visão Desenvolvimento do mercado de capitais por meio de respeito, proteção e ampliação dos direitos dos acionistas minoritários.

Missão Defender os direitos dos acionistas minoritários de companhias abertas brasileiras, tendo como base a promoção de boas práticas de governança corporativa e a criação de valor para as empresas.

Valores

- Atuação independente, sem beneficiar interesses particulares de seus associados;
- Embasamento econômico e jurídico em seus pronunciamentos, alicerçados nas análises e recomendações elaboradas pela Comissão Técnica;
- Consenso nas decisões da Diretoria, apoiadas na maioria dos votos de seus membros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12 - ITG 2002 (R1)).

As demonstrações financeiras da Associação dos Investidores no Mercado de Capitais - AMEC do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão por sua diretoria em 14 de fevereiro de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Associação revisa suas estimativas e premissas anualmente.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Associação.

2.4. Mensuração de valor

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, utilizando o custo histórico para a sua mensuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

2.5. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Associação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos associados no curso normal das atividades da Associação.

- **Receita com contribuição associativa**

As contribuições de associados são reconhecidas mensalmente com base no orçamento anual aprovado da Associação que tem como objetivo central a captação de recursos em fluxo mensal contínuo para custear os estudos, projetos e atividades previstas para o exercício.

- **Receita de juros**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, nas demonstrações do resultado.

3.2. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

3.2.1. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Associação são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Associação determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Associação incluem caixa e equivalentes de caixa, contribuições a receber e outras contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

3.2.2. Passivos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Associação são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Associação determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Associação incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contribuições a receber

São apresentadas aos valores de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dessas contribuições, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.5. Imobilizado

É registrado pelo custo histórico de aquisição. As depreciações foram computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

3.6.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Classificação de circulante e não circulante

A Associação apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

3.8. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil aplicável as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

4. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

4.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os Artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o Artigo 195 da Constituição Federal.

4.2. Programa para Integração Social (PIS)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

4.3. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Associação, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

4.4. Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

A Associação está recolhendo normalmente a quota patronal incidente sobre a folha de pagamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa	55	762
Banco	10	10
Aplicações financeiras (i)	883.233	1.026.364
	883.298	1.027.136

(i) Referem-se, substancialmente, às aplicações financeiras remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com possibilidade de resgate imediato e/ou com vencimentos inferiores a 90 dias com perdas insignificantes no valor.

6. CAUÇÃO LOCATÍCIA

Caução (garantia) referente ao contrato de locação do imóvel-sede da Associação, atualizado mensalmente pelo valor da caderneta de poupança.

7. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	% - TAXA DE DEPRECIÇÃO ANUAL	2023	2022
Softwares	20	5.622	5.622
Máquinas e equipamentos	10	27.354	21.855
Instalações	10	13.910	13.910
Móveis e utensílios	10	70.665	70.665
Equipamentos de informática	20	103.986	103.986
SUBTOTAL		221.537	216.038
Depreciação acumulada		(176.636)	(164.737)
IMOBILIZADO LÍQUIDO		44.901	51.301

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

7.1. Movimentação do imobilizado

As movimentações do imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2022	AQUISIÇÕES	DEPRECIAÇÃO	2023
Software	240	-	(240)	-
Máquinas e equipamentos	12.111	5.498	(1.819)	15.790
Móveis e utensílios	15.151	-	(1.939)	13.212
Equipamentos de informática	23.799	-	(7.900)	15.899
	51.301	5.498	(11.898)	44.901

DESCRIÇÃO	2021	AQUISIÇÕES	DEPRECIAÇÃO	2022
Software	960	-	(720)	240
Máquinas e equipamentos	11.977	1.899	(1.765)	12.111
Móveis e utensílios	15.577	1.500	(1.926)	15.151
Equipamentos de informática	23.899	8.568	(8.668)	23.799
	52.413	11.967	(13.079)	51.301

8. FORNECEDORES

	2023	2022
Fornecedores de serviço	4.624	10.763
Fornecedores nacionais	-	2.937
Telefônica S/A a pagar	1.250	1.250
	5.874	14.950

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

9. ADIANTAMENTO DE ASSOCIADOS

Os valores recebidos antecipadamente dos associados são reconhecidos nessa rubrica e apropriados ao resultado de acordo com sua competência. Em 31 de dezembro de 2023 a Associação apresentava um saldo de R\$ 214.876 (R\$ 229.685 em 2022) nessa rubrica.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIA

	2023	2022
Provisão de férias a pagar	36.603	26.889
Encargos sobre férias a recolher	12.811	9.412
INSS a pagar	9.402	8.943
FGTS a pagar	3.139	2.777
IRRF sobre salário	19.850	16.223
IRRF sobre serviços	3.782	3.728
PIS sobre folha a recolher	262	249
CSRF a recolher	11.738	11.569
Outras obrigações	624	753
	98.211	80.543

11. CONTAS A PAGAR

As contas a pagar é composto por valores relativos a aluguéis do espaço físico da Associação, sendo provisionado apenas o valor do mês corrente, de R\$ 18.198 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 17.396 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

12. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam processos passivos movidos contra a Associação, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada como provável ou possível por seus consultores jurídicos externos.

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os tributos federais, estaduais, municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades, por períodos que variam de 05 (cinco) a 30 (trinta) anos.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio social

Está representado pelo patrimônio original decorrente da criação da Associação e do superávit ou déficit incorporado anualmente. Os recursos da Associação foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu estatuto social.

Em caso de dissolução da Associação, o patrimônio social remanescente será destinado a uma instituição com finalidades semelhantes, sem fins econômicos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a uma entidade pública, a critério da Assembleia Geral.

14. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2023	2022
Contribuições associativas mensais	2.899.384	2.913.092
Anuidade associados	267.310	275.588
Receitas com gratuidades (a)	347.681	314.394
	3.514.375	3.503.074

(a) Referem-se à valorização das horas dos profissionais que auxiliam o funcionamento da AMEC de forma gratuita, contabilizadas como receitas e despesas (Nota Explicativa nº 13), conforme requerido pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucro. Durante o exercício de 2023 houve a revisão dos critérios e da metodologia aplicada para apuração das gratuidades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

15. DESPESAS COM GRATUIDADES, ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

	2023	2022
Despesas com gratuidades (a)	(347.681)	(314.394)
Prestação de serviços pessoa jurídica	(1.667.540)	(1.709.955)
Salários e ordenados	(707.110)	(572.540)
Aluguel, condomínio e IPTU	(273.785)	(257.157)
Comunicação e marketing	(400.627)	(488.924)
Viagens e representações	(76.720)	(81.031)
Depreciação	(11.898)	(13.079)
Eventos	(158.637)	(13.720)
Demais despesas administrativas	(108.625)	(110.103)
	(3.752.623)	(3.560.903)

(a) Vide comentário Nota Explicativa nº 14.

16. RESULTADO FINANCEIRO

DESPESAS FINANCEIRAS	2023	2022
Despesas bancárias	(2.470)	(3.662)
IOF	(1.212)	(1.023)
Outras despesas financeiras	(141)	(30)
	(3.823)	(4.715)
Descontos obtidos – aluguel (a)		-
Rendimentos de aplicações financeiras	123.498	138.010
Atualização monetária – caução	4.198	3.824
	127.696	141.834
RESULTADO FINANCEIRO	123.873	137.119

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

17. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Associação mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

18. GESTÃO DOS RISCOS E VALORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações sobre riscos

Riscos de crédito

A Associação não possui concentração de risco de crédito em decorrência da diversificação e pulverização de seus associados, além do contínuo acompanhamento dos valores a receber. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Associação somente realiza operações em instituições com baixo risco e consideradas como sendo de primeira linha em território nacional.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Associação possui recursos disponíveis para utilização imediata.

Risco tributário – isenções e imunidades

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos que goza de benefícios tributários nas esferas federal, estadual e municipal. A manutenção desses benefícios está condicionada ao cumprimento de diversas exigências e regras que devem ser seguidas pela Associação. Em 31 de dezembro de 2023 não existem indícios que pudessem colocar em risco os benefícios fiscais existentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

b) Operações com instrumentos derivativos

A Associação não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2023 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Associação restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3.

AMTEC

ASSOCIAÇÃO DE INVESTIDORES
NO MERCADO DE CAPITAIS

